

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

Ângela Maria da Silva¹

Terezinha Nílvia da Silva²

Manoel José de Paula Filho³

Edlene Gomes da Silva⁴

Ladjane Maria Albuquerque Bezerra Oliveira⁵

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO

Este estudo explora o papel essencial da escola na construção da cultura de inclusão na modalidade da educação de jovens e adultos. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma das ferramentas de inclusão social. A Educação de Jovens e Adultos, é uma modalidade de fundamental relevância para que ocorra a inclusão social das pessoas que por diversos fatores, não conseguiram concluir suas etapas de ensino em tempo hábil. Esta modalidade de ensino permite que os indivíduos que não tiveram acesso ou desistiram de estudar possam se apropriar de conhecimentos e habilidades que lhe permitam ter uma perspectiva e qualidade de vida melhor. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como métodos a revisão bibliográfica de documentos oficiais, artigos científicos e livros, além de entrevistas com os estudantes e professores. Deste modo, foi descrito quais ferramentas os professores utilizam como recurso para trabalhar o processo de inclusão social. Os resultados indicam que a proposta curricular, quando alinhada aos saberes locais, contribui positivamente e leva os indivíduos a adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades para ingressar no mercado de trabalho, para conseguir seu emprego, melhorando sua empregabilidade e consequentemente melhorar sua renda, dessa forma ajuda a reduzir a desigualdade social e econômica, além de fomentar a cidadania e uma melhor participação social, levando o indivíduo a desenvolver habilidades para lidar com as demandas do mundo contemporâneo. Conclui-se, que a efetivação da EJA, ainda é vista como um campo complexo e desafiador, pois é ela que oferece muitas oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento de cada indivíduo nas suas particularidades, com os seus avanços, dificuldades e superações, a Educação de Jovens e Adultos continua a ser uma área essencial para o ingresso do indivíduo no meio social e econômico.

Palavras-Chave: Inclusão social, Desenvolvimento, Desigualdades sociais, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

¹Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Facol-UNIFACOL, angelcumaru22@gmail.com;

²Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, nilviapaula2020@gmail.com;

³Doutorando em educação da Christian Business School-CBS, mano.educ@gmail.com;

⁴Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, edlenegomes36@gmail.com;

⁵Graduanda em Licenciatura em Pedagogia Universidade Paulista-UNIP, ladjane.cumaru@hotmail.com;

⁶Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um importante instrumento de transformação social, ao possibilitar o acesso ao conhecimento a pessoas que, por diferentes motivos, não puderam concluir sua escolarização na idade considerada "regular". Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais, a EJA surge como uma política pública essencial para garantir o direito à educação e promover a cidadania.

Mais do que oferecer conteúdo escolares, essa modalidade educativa tem o potencial de resgatar a autoestima, ampliar oportunidades no mercado de trabalho e fortalecer a participação ativa dos indivíduos na sociedade. Assim, este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da EJA como ferramenta de inclusão social, analisando seus desafios, potencialidades e impactos na vida dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma das ferramentas de inclusão social. A Educação de Jovens e Adultos, é uma modalidade de fundamental relevância para que ocorra a inclusão social das pessoas que por diversos fatores, não conseguiram concluir suas etapas de ensino em tempo hábil.

Neste interim a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem desempenhado, ao longo do tempo, um papel fundamental na promoção da inclusão social, oferecendo uma nova chance de aprendizado àqueles que, por diferentes motivos, não conseguiram concluir seus estudos nas etapas convencionais da vida escolar. De acordo com Brasil (2023, p. 12):

Dentro dessa modalidade, destacam-se duas iniciativas que têm mostrado grande impacto: a EJA prisional, voltada para a educação de pessoas privadas de liberdade, e o EJAtec, uma modalidade a distância que visa oferecer flexibilidade e acessibilidade para aqueles que enfrentam barreiras para o ensino presencial (Brasil, 2023, p.12).

Nesse contexto na Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacam-se ações específicas que visam ampliar o alcance e a efetividade dessa modalidade de ensino, especialmente para públicos que enfrentam maiores desafios de acesso à educação.

A sigla EJA representa a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade educacional que, no Brasil, possui uma trajetória histórica marcada por transformações sociais, políticas e culturais. Desde o período colonial, a educação voltada para adultos esteve vinculada principalmente à catequese e à formação religiosa, com os jesuítas desempenhando papel central nesse processo. Eles buscavam alfabetizar indígenas e



adultos para propagar a fé católica e, simultaneamente, prepará-los para o trabalho nas atividades coloniais.

Neste contexto com a expulsão dos jesuítas em 1759, durante o governo do Marquês de Pombal, a estrutura educacional no Brasil passou por mudanças significativas. O foco da educação deslocou-se para a formação de uma elite letrada, enquanto as classes populares, especialmente os adultos, continuaram à margem do sistema educacional formal. Embora a Constituição Imperial de 1824 tenha estabelecido a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, na prática, essa garantia não se estendeu efetivamente às camadas mais pobres da população.

Portanto somente a partir da década de 1930, com o movimento de educação popular e a influência de educadores como Paulo Freire, a EJA começou a ser reconhecida como uma necessidade social e política. Freire propôs uma abordagem pedagógica que valorizava o conhecimento prévio dos educandos e promovia a conscientização crítica, adaptando-se às realidades dos jovens e adultos. Durante o regime militar (1964–1985), políticas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foram implementadas, embora com foco em métodos tradicionais e sem considerar as especificidades dos educandos adultos.

Neste viés com a redemocratização nos anos 1980, a EJA passou a ser reconhecida oficialmente como um direito educacional, sendo incluída nas políticas públicas e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Iniciativas como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e programas de alfabetização foram implementadas para atender à demanda reprimida por educação entre jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada.

Dessa forma, a EJA no Brasil evoluiu de uma prática assistencialista voltada à catequese para uma política pública inclusiva, reconhecendo a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente da idade ou do tempo de interrupção dos estudos.

Segundo Masagão, aponta:

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos (Masagão *et al.*, 2001, p. 19).



Durante esse período, o governo federal iniciou esforços para expandir a oferta de educação básica, incluindo a educação de adultos, reconhecendo-a como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930 e a implementação de reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos em 1931, foram passos significativos nesse processo.

Em resumo, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental, com responsabilidades compartilhadas entre o Estado, a família e a sociedade. Seu objetivo é promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, prepará-los para a cidadania ativa e qualificá-los para o mercado de trabalho, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e desenvolvida. Segundo a Constituição Brasileira de 1988 em seu capítulo III, artigo 205 estabelece que:

Em sumo, a Constituição amplia a responsabilidade para além do Estado e da família, incluindo a sociedade como um todo. Isso implica que escolas, comunidades, organizações não governamentais, empresas e outros setores devem colaborar para criar um ambiente educacional enriquecedor e acessível.

As políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm como objetivo garantir o direito à educação a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. No Brasil, essas políticas são orientadas por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE).



Elas visam promover a inclusão social, a valorização da cidadania e o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da vida profissional e social. No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta desafios como a evasão escolar, a falta de estrutura nas instituições e a necessidade de formação continuada dos professores. Assim, torna-se fundamental o fortalecimento de ações Inter setoriais e o investimento em propostas pedagógicas contextualizadas, que respeitem as especificidades e vivências dos sujeitos da EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma resposta significativa às necessidades educacionais de indivíduos que, por diversos motivos, interromperam seus estudos precocemente, muitas vezes em função da inserção precoce no mercado de trabalho. Para esses sujeitos, a EJA representa uma oportunidade de retomar e concluir sua trajetória educacional, possibilitando-lhes o acesso a novos horizontes de conhecimento e cidadania.

Nesse contexto, as políticas educacionais voltadas para a EJA desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades educacionais. Elas buscam garantir o direito à educação a todos os cidadãos, independentemente da idade ou do tempo de interrupção dos estudos, reafirmando a educação como um direito humano fundamental.

Segundo Cury, em sua análise sobre a EJA, destaca a importância dessa modalidade como um espaço de atualização de conhecimentos, troca de experiências e acesso a novas dimensões do trabalho e da cultura. Segundo ele, a EJA oferece aos adolescentes, jovens, adultos e idosos a possibilidade de atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.

A princípio Cury, conceitua:

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (Cury, 1999, p.7).

Enfatiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 1º que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia. ‘A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana,



tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN, 1996, p.1)”.

Nesse sentido, a LDBEN reafirma o compromisso do Estado brasileiro em assegurar o direito à educação a todos os cidadãos, incluindo jovens e adultos que, por diversos motivos, interromperam seus estudos na idade própria.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como métodos a revisão bibliográfica de documentos oficiais, artigos científicos e livros, além de entrevistas com professores e alunos da EJA.

A revisão bibliográfica deste estudo iniciou-se após a definição do tema de pesquisa, com a seleção de literaturas pertinentes à construção da base metodológica. As leituras foram direcionadas aos autores de referência sobre educação de jovens e adultos-EJA.

Em consonância com Macedo (2009), que afirma que para o pesquisador qualitativo, não há quadro teórico inquestionável, esta pesquisa buscou transcender as limitações dos referenciais teóricos tradicionais e abrir espaço para a construção de novas interpretações.

Os sujeitos da pesquisa foram duas (02) professoras e dez (10) discentes da educação de jovens e adultos. O lócus da pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada em uma cidade do agreste pernambucano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de que se entendam os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos docentes e discentes da modalidade da EJA, é necessário saber que das 2 (duas) professoras da escola onde a pesquisa foi realizada elas apontaram que é a partir do conhecimento prévio do estudante que efetiva uma educação inclusiva na modalidade EJA com qualidade e responsabilidade.

Como aponta no quadro a seguir:

Quadro-01: Perguntas e respostas com as docentes da educação de jovens e adultos.

PROFESSORA	Você defende um currículo escolar que privilegie a permanência dos estudantes no ambiente rural?
P1	Sim, pois o público da EJA necessita de acolhimento escolar.
P2	Sim, os trabalhadores da zona rural precisa de um currículo que fortaleça sua permanência no ambiente escolar.

Fonte da Pesquisa, 2025.



Quando se fala em currículo lembra-se de planejamento, conteúdo, entre outros elementos buscam atender as orientações das Diretrizes Curriculares. Para Perrenoud, a palavra currículo está associada às distintas concepções que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida, bem como das influências teóricas que a afetam. (Perrenoud, 2018, p. 25).

Frente a essa visão de Perrenoud, é importante ressaltar que diferentes fatores contribuem para o conceito de currículo, dentro do contexto escolar, salientando assim, que a proposta curricular da modalidade da educação do campo é dissociáveis a prática do docente das áreas campesinas. Segundo Perrenoud a prática reflexiva é um trabalho que, para se tornar regular, exige uma postura e uma identidade particulares. (Perrenoud, 2018, p.43).

Para o autor diante dos desafios enfrentados pelos docentes na educação básica nas escolas do campo multisseriada, em detrimento da proposta curricular e sua prática, fica explícito que o currículo dessa modalidade tem sido ao longo dos anos discutidos numa ótica da pedagogia de competências ou habilidades, assim, a efetivação dele em práticas cotidianas nas salas de aula nas escolas rurais, precisa articular a consolidação de uma concepção de uma educação que seja pensada para realidade dos discentes do campo.

Quadro-02: Perguntas e respostas com as docentes da educação de jovens e adultos, sobre a proposta curricular da EJA.

PROFESSORA	Como está atrelada a proposta curricular diante da prática docente na EJA, segundo os estudos desenvolvidos no contexto escolar?
P1	A proposta do currículo se concretiza a partir da realidade do discente, fazendo uma função com o campo, introduzindo os saberes já conquistados na aprendizagem para trabalhar o que ainda necessita ser melhorado.
P2	Não dá para trabalhar a proposta curricular ao pé da letra, pois os estudantes da EJA são mais favoráveis fomentar a realidade do cotidiano deles. Transforma muitas vezes a proposta do currículo a realidade do campo, o aprendizado fica mais prazeroso e enriquecedor.

Fonte da Pesquisa, 2025.

Sustenta Arroyo, (2015) abordam que a escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Como aponta o autor citado anteriormente ele apresenta proposta de prática inclusiva social, para não fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o



campo, ou o chão em que pisam. Suas vivências, identidade, valores e culturas, deverá ser mais humano e avançado no mundo.

Conforme Arroyo a escola deve ser um ambiente que privilegia a cultura das de um povo e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), fomenta a realidade de cada indivíduo para desenvolver a aprendizagem, incluindo como um todo escola e sociedade.

Fica em evidência que, somente a educação, não resolverá os problemas sociais que vivem as famílias da educação da EJA. Serão essenciais outras políticas nessas áreas, para que as populações que optaram em residir e trabalhar no campo viva com mais integridade.

Mas para isso acontecer, é relevante pleitear propostas de políticas públicas consistentes e condizentes com as diversas realidades rurais do Brasil, para construção de uma escola do campo de qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada, professores melhor nomeados e com formação própria para atuar com a realidade da EJA.

Em relação ao currículo pode-se constatar que as professoras trabalham a proposta do currículo fazendo uma junção com a realidade dos discentes, pois na visão das mesmas o currículo é uma gama de conteúdo, porém não se consegue atingir a todas as habilidades.

Apesar de o currículo ser muito extenso e não conseguirem trabalhar ao pé da letra, mas por ser flexível, adequam as necessidades de seus discentes, tornando assim um ponto positivo à Educação de Jovens e Adultos, as mesmas procuram unir o conhecimento popular ao currículo e assim enriquecer sua prática pedagógica.

Partindo para a pergunta aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tivemos o seguinte resultado como aponta no quadro a seguir.

Quadro-03: Perguntas e respostas com as discentes da educação de jovens e adultos, sobre a prática pedagógica da docente na EJA.

ALUNAS	Como você avalia a prática pedagógica da sua professora da Educação de Jovens e Adultos no cotidiano escolar para aprimorar o seu desenvolvimento social?
A1	Eu gosto das aulas porque minha professora trás atividades que eu gosto e coloco em prática, a aula é muito boa, hoje me vejo valorizado na sociedade pois aprendi a ler e escrever.
A2	Ótima, a professora gosta de ouvir nós e juntas construímos diversos textos de poema.
A3	Gosto do jeito que a minha professora ensina, ela trás materiais da nossa realidade para ensinar as continhas e eu acerto tudo.
A4	Minha professora ensina muito bem, ela busca ouvir nós para trabalhar palavras e leitura e isso é muito bom para a nossa leitura.



A5	Amo o jeito que a minha professora ensina, hoje estou aprendendo a ler e a escrever devido que estudo na EJA já faz dois anos que aprendi a assinar o meu nome. Agradeço muito a minha professora.
A6	Maravilhoso a maneira que a minha professora passa as tarefas, aprendo todos os dias com ela.
A7	Amo ir á escola à noite, minha professora é criativa ela faz cartazes junto com nós a partir da nossa vivência do dia a dia, é muito bom ouvir a minha professora ela explica tudo direitinho e eu já estou lendo.
A8	Excelente o jeito que minha professora explica as atividades, ela trás bingo, cordel e poesia e eu gosto muito.
A9	Minha professora é muito esforçada, ela é animada, escreve cada acrósticos com nós é muito divertido ir para a escola a noite, é maravilhoso ouvi a explicação da professora, eu não falto uma noite, pois quero aprender a ler e escrever.
A10	Muito boa à prática da professora, aprendi com ela a somar as continhas, hoje eu faço compra sozinha e conheço as notas e as moedas do nosso dinheiro, aprendi na minha escola junto com a minha professora e colegas. Na escola é muita diversão eu esqueço os meus problemas de saúde é bom demais estudar.

Fonte da Pesquisa, 2025.

Ao avaliar a prática pedagógica de uma professora, você pode considerar esses aspectos e refletir sobre como ela tem contribuído para o seu desenvolvimento e para a construção de um aprendizado significativo do indivíduo.

Fica em evidência a felicidade de cada estudante ao falar da prática pedagógica da sua professora da EJA. A prática pedagógica deve ser flexível e adaptada às necessidades e características da turma, utilizando diferentes metodologias e recursos para atender à diversidade de alunos presentes na EJA.

Atualmente, os docentes da EJA se deparam com educandos desmotivados com a escola e até com eles mesmos. Entretanto, reconhecer as capacidades que eles já possuem e saber ouvi-los faz com que esses estudantes sintam-se sujeitos ativos e parte integrante do espaço escolar.

Contudo, é necessário criar oportunidades para que esses protagonistas se revelem, dando voz aos mesmos, em que na perspectiva freireana o ato de ouvir é uma virtude pedagógica, uma vez que, como aponta Freire (1996, p. 43), “o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele”.

É importante que a professora utilize metodologias que considerem a experiência de vida dos alunos, estabelecendo uma relação de respeito e valorização. A EJA aponta subsídio de uma inclusão social, fomentando a diversidade cultural, social e educacional nas ações pedagógicas.

Estabelecendo um diálogo constante com os alunos, ouvindo suas opiniões, respondendo às suas dúvidas e incentivando a troca de experiências e ficou em evidência nas respostas de todos os discentes a contribuição da prática pedagógica da professora em seu desenvolvimento cultural e social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a prática pedagógica na EJA deve ser um processo dinâmico e contextualizado, que valoriza a experiência de vida dos alunos, promove a participação ativa e o desenvolvimento da autonomia, e busca construir um conhecimento significativo e transformador na sociedade.

Com base nas considerações de cada estudante, foi descrito quais ferramentas os professores utilizam como recurso para trabalhar o processo de inclusão social. Os resultados indicam que a proposta curricular, quando alinhada aos saberes locais, contribui positivamente e leva os indivíduos a adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades para ingressar no mercado de trabalho, para conseguir seu emprego, melhorando sua empregabilidade e consequentemente melhorar sua renda, dessa forma ajuda a reduzir a desigualdade social e econômica, além de fomentar a cidadania e uma melhor participação social, levando o indivíduo a desenvolver habilidades para lidar com as demandas do mundo contemporâneo.

Conclui-se, que a efetivação da EJA, ainda é vista como um campo complexo e desafiador, pois é ela que oferece muitas oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento de cada indivíduo nas suas particularidades, com os seus avanços, dificuldades e superações, a Educação de Jovens e Adultos continua a ser uma área essencial para o ingresso do indivíduo no meio social e econômico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2015 (4ª. edição).

BRASIL, Cecília Mendes. **EJA e reabilitação: a educação como ferramenta de inclusão no sistema prisional**. Revista de Políticas Educacionais, v. 27, n. 1, p. 45-62, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rpe.v27n1.2023>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CURY, C. R. J. **Direito à diferença: um reconhecimento legal**. Educação em Revista, n.30, p.7-15, dez.1999.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, R. S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL A. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas.** Edufba, Salvador-BA, 2009.

MASAGÃO, V. M. R. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; —** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis.** Buenos Aires: Humanistas, 1971.

Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos Da nova LDB ao FUNDEB: por outra política educacional /Dermeval Saviani- 2.ed.rev. e ampl.- Campinas,SP: Autores Associados, 2008.

PERRENOUD P. **A prática reflexiva no ofício do professor: Profissionalização e Razão Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2015 b 43.

